

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2012

(Do Sr. Jean Wyllys)

Solicita ao Ministro de Estado, Sr. Alexandre Padilha, do Ministério da Saúde, informações adicionais referentes à suspensão do vídeo educativo, preparado para a Campanha de Carnaval de 2012.

Solicito a Vossa Excelência, com base no artigo 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, as informações que seguem.

1. Em Requerimento de Informação de nº 1717/2012, foi solicitada resposta a seguinte pergunta: “Até sexta-feira, 03/02/12, o vídeo preparado para a Campanha de Carnaval estava acessível no *site* do Ministério da Saúde, mais especificamente na seção do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Na quarta-feira, 08 o vídeo foi retirado. **Qual foi o real motivo dessa decisão ter sido tomada?**” De acordo com resposta da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde, “não houve suspensão da veiculação de qualquer material de divulgação. Os filmes foram todos veiculados conforme o planejamento de campanha. O que ocorreu é que, equivocadamente, o filme “Gays”, previsto para veiculação restrita em ambientes fechados e voltados a esse público, foi inserido em uma versão “making-off” (inacabada) na Internet”. A retirada dos vídeos se deu, então, para corrigir um equívoco? Quem cometeu esse equívoco, a Assessoria de Comunicação? Esse equívoco diz respeito à retirada dos vídeos “Gays” e “Heteros”?
2. Se a retirada dos vídeos se deu por um equívoco, como V. Exa. responde à pergunta nº 2 do Requerimento de Informação 1717/2012? : “Segundo o *site* <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ministerio-da-saude-retira-de-site-video-criado-para-a-comunidade-gay,833379,0.htm>, “O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, diz que a decisão foi tomada porque o vídeo havia sido feito

para apresentação em locais fechados. Mas a assessoria de imprensa da pasta informou que o material programado para ser veiculado na TV aberta, na próxima semana, era o mesmo que o do site, apenas mais curto.” **A que se deve essa controvérsia entre a palavra do Ministro e a declaração da assessoria de imprensa?** Como a V. Exa. explica a controvérsia entre Ministro de Estado e sua própria assessoria de comunicação?

3. Qual era a **verdadeira intenção inicial** da campanha ao produzir vídeos “Gays” para campanha contra DST/AIDS?
4. Em resposta a pergunta nº3 do Requerimento de Informação 1717/2012, qual seja, “Quanto foi gasto para confecção do vídeo?”, o Ministério da Saúde alegou que “o investimento total da campanha chegou a R\$ 15 milhões de reais”. Como a V. Exa explica o uso de tamanho montante de verba pública para confecção de material divulgado apenas em “ambientes restritos”?
5. Em resposta à pergunta nº 5, “Quais são esses vídeos e quais as razões para a não veiculação na mídia de maior acesso pelos brasileiros?”, o Ministério da Saúde alegou que “O motivo dessa segmentação tanto diz respeito à especificidade de públicos-alvo quanto à relação de custo-benefício”. Como a V. Exa. explica a avaliação de custo-benefício no que diz respeito à saúde dos cidadãos brasileiros? E se o custo-benefício é realmente requisito para efetivar uma campanha pública pela saúde, como V. Exa. explica o gasto de 15 milhões de reais em vídeos que não foram sequer divulgados na televisão aberta? Se o dinheiro já foi gasto, porque não houve divulgação do material da campanha da televisão aberta?
6. O Ministério Público, ainda em resposta a Requerimento anterior, afirmou que “o cuidado em tratar desse tema (DST/AIDS), incluindo peça específica direcionada ao público gay, se deu exatamente porque esse é um segmento que vem merecendo atenção especial do Ministério”. V. Exa. considera ter dado a atenção necessária ao público LGBT, que é um “segmento que vem merecendo atenção especial do Ministério”?
7. A resposta ao requerimento anterior descreve o tipo de veiculação dos vídeos “Gays” como: “veiculação restrita em ambientes fechados e voltados a esse público”. V. Exa. acredita que o grupo LGBT não frequenta os mesmo lugares que os heteros, e vice-versa? Se sim, com base em quê?
8. Como V. Exa. explica a divulgação do vídeos “Casal” na rede de televisão aberta e a não divulgação dos vídeos “Gays”? Porque vídeos “Casal” (de mulher e homem) podem ser veiculados ao público geral e os vídeos “Gays” não? Se isso não é homofobia, o que é?
9. Conforme documento em anexo, o Deputado Pastor Marco Feliciano assume que o Ministério da Saúde retirou os vídeos da mídia por pressão dele. V. Exa. confirma essa informação? Se sim, quais foram os argumentos que convenceram V. Exa. a retirar os vídeos da mídia?

10. Quais são os vídeos “Heteros”, “Gays”, “Casal” e “Elefante” mencionados na resposta ao Requerimento 1717/2012?

JUSTIFICATIVA

No dia 09 de fevereiro de 2012, o Deputado Jean Wyllys expediu Requerimento de Informação ao Ministro de Estado do Ministério da Saúde. No dia 16 de abril de 2012, obteve-se resposta da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde.

Ocorre que o ofício encaminhado pelo MS respondeu o Requerimento de Informações 1717/2012 de forma insuficiente. Ora, a resposta foi elaborada em texto corrido, o que possibilitou ao Ministério da Saúde de se esquivar de perguntas precisas, conforme relatado no rol de questionamentos desse Requerimento.

O Deputado Jean Wyllys encaminha novo Requerimento de Informações a fim de obter esclarecimentos satisfatórios. Nessa perspectiva, solicita-se que as informações aqui requeridas sejam respondidas de maneira **pontual**. Além disso, requer-se **anexo dos vídeos** mencionados na questão nº10.

Importante frisar que, de acordo com o artigo 50, §2º da Constituição Federal, **a prestação de informações falsas ou incompletas** advinda de Ministros de Estados requeridas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal **incorre em crime de responsabilidade**.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em **crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas**.

Nesses termos, requer o encaminhamento.

Brasília, de maio de 2012.

Deputado Jean Wyllys

PSOL/RJ